

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 14 de dezembro de 2018, o Tribunal de Seia foi encerrado em virtude de um cheiro intenso a queimado e de fumo no seu interior, sem que fosse detetado o motivo destes factos.

Segundo informações que este Grupo Parlamentar pôde recolher, o referido Tribunal continua, mais de um mês depois deste facto, encerrado, não estando, pelo menos tanto quanto nos foi possível apurar, prevista nenhuma data para a sua reabertura. Também não se sabe, à data de hoje, quais os motivos que provocaram o fumo e o intenso cheiro a queimado, faltando confirmar se se tratou de problemas com a manutenção dos equipamentos de aquecimento.

O encerramento de um Tribunal, para mais de forma indefinida, levanta perguntas legítimas. Desde logo sobre a forma como este problema afeta o acesso à justiça por parte das pessoas que deveriam recorrer a este Tribunal, sobre o impacto que este encerramento está a ter nos processos que corriam nele corriam e, por fim, sobre a segurança e os motivos deste encerramento.

Quanto a este último ponto, surgem relatos de que os motivos deste encerramento foram problemas estruturais do edifício em causa que se encontra degradado e a necessitar de renovação.

Com a pergunta que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda agora dirige ao Governo pretende-se, pois, saber se a Tutela reconhece os problemas e dificuldades logísticas do Tribunal de Seia, por um lado, e se tem disponibilidade para desenvolver as diligências que se afigurem necessárias para a conclusão das obras, por outro.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, dirigir ao Governo, através do Ministério da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Qual a data prevista para a reabertura do Tribunal de Seia?

2. Quais os motivos que provocaram o fumo e o cheiro a queimado?
3. Qual o impacto que este encerramento está a ter no acesso à justiça? Concretamente, de que forma este encerramento atrasou processos que deveriam estar a correr neste Tribunal?
4. Serão tomadas medidas concretas para resolver o problema da degradação do edifício? Quais?

Palácio de São Bento, 6 de março de 2019

Deputado(a)s

JOSÉ MANUEL PUREZA(BE)